

ETNOGRAFIA DAS ELEIÇÕES 2008 NA PERIFERIA PAULISTANA: A POLÍTICA SOB O OLHAR ANTROPOLÓGICO

*Karina Fasson**

Cite este artigo: FASSON, Karina. Etnografia das eleições 2008 na periferia paulistana: a política sob o olhar antropológico. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 38-49, jul. 2010. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 26 jul. 2010.

Resumo: O presente artigo é resultado da pesquisa realizada no âmbito do projeto “Etnografias das Eleições Municipais de 2008”. Realizamos aqui uma reflexão antropológica acerca dos resultados de um dos trabalhos referentes a ele: a etnografia feita em Cidade Tiradentes, distrito da cidade de São Paulo. Desse modo, visamos trazer contribuições para os estudos relativos à Antropologia da Política, expondo, para tanto, os principais resultados obtidos, e estabelecendo diálogos com a literatura existente – sobretudo com aquela que trata de pequenos municípios.

Palavras-chave: Antropologia da Política; Eleições Municipais; Cidade Tiradentes; Periferia.

1. Introdução: Cidade Tiradentes e a política sob o olhar antropológico

Cidade Tiradentes é um distrito localizado no extremo da zona leste da cidade de São Paulo. Possui uma população de mais de 200 mil habitantes, apresentando grande concentração de população jovem [1]. Existindo formalmente há 25 anos, teve sua origem como bairro dormitório, com a construção dos conjuntos habitacionais – as COHABs, que atraíram famílias de diversos lugares da cidade que buscavam ter sua própria casa a condições e preços populares.

Afastada da cidade, a região foi crescendo sem planejamento de infra-estrutura compatível com as necessidades da população – saúde, educação, transporte, e mesmo comércios para suprir as necessidades diárias. Relatos de moradores mais antigos nos mostraram a carência que existia nesse sentido.

Cidade Tiradentes era conhecida pelos altos índices de violência, se destacando nos noticiários policiais. Moradores narraram, inclusive, que era comum encontrar cadáveres que amanheciam nas ruas. Hoje em dia, segundo os mesmos, a violência ainda está presente, mas não no mesmo extremo que antes.

Essa região da periferia da zona leste paulistana (que hoje atingiu a dimensão de distrito), do ponto de vista dos moradores mais antigos, melhorou muito em relação ao que já foi – foram apontadas a diminuição da violência, a melhoria na infra-estrutura de saúde, educação, e transporte, a criação de espaços de lazer, etc. Contudo, ainda se configura como um distrito-dormitório, pois não há grandes empresas ou indústrias instaladas para empregar a população.

Além disso, mesmo sendo apontada como abrigando o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina, apresenta muitas moradias irregulares.

Apesar das melhorias em relação ao que era, os moradores afirmavam que ainda havia muito que ser feito. Tratava-se de uma população muito carente, tanto do ponto de vista da própria população como do dos políticos. Desse modo, interessou-nos estudar de que modo a política era ali vivida, verificando se as carências mencionadas fariam ou não parte do período eleitoral naquela localidade - tanto por parte dos moradores como por parte dos políticos -; e, em caso positivo, de que maneira isso se daria - se essas carências seriam utilizadas, por exemplo, como objeto de barganha ou como parte do discurso político.

O estudo da Política em Cidade Tiradentes teve como base teórica estudos de Antropologia da Política, sobretudo alguns dos realizados pelo NuAP [2] (Goldman, 1999; Marques, 2002; Borges, 2004; Marques, Comerford e Chaves, 2007). Tal enfoque teórico diferencia-se daquele dado ao tema pela Ciência Política, na medida em que, primeiramente, não procura predefinir o que é política; trata-se, antes de tudo, de tentar entender o que é política do ponto de vista daquele que está sendo estudado. Visamos, assim, realizar um estudo em micro escala, numa abordagem microssociológica - sem a pretensão de realizar grandes generalizações, apenas comparações na medida em que surgissem elementos que as tornassem plausíveis. Nesse sentido, o olhar orientado por uma abordagem antropológica sobre a política se focou em questões como as representações nativas, as estruturas de mediação, e o prestígio de indivíduos.

Para tanto, foi realizada pesquisa etnográfica em Cidade Tiradentes, que teve como eixo principal o acompanhamento da campanha de um candidato a vereador da região. Além disso, foram feitas entrevistas com moradores - entre eles lideranças comunitárias, membros de associações locais e pastores evangélicos - e também com candidatos a vereador que faziam campanha em Cidade Tiradentes [3].

A pesquisa aqui tratada se deu no âmbito do projeto “Etnografia das eleições municipais em 2008 - Contribuições para a Antropologia da Política” [4]. A principal questão que permeou tal projeto foi a tentativa de trazer contribuições para o estudo antropológico da política, por meio da comparação, na medida em que houvesse elementos para tanto, da política numa metrópole como São Paulo e em municípios pequenos ou interioranos, (Heredia, 1996; Marques, 2002; Villella e Marques, 2002; Marques, Comerford e Chaves; 2007) visando verificar até que ponto a política se assemelharia e se distinguiria nesses dois tipos de campo. Nesse sentido, trazemos no presente artigo os principais resultados da pesquisa, tentando estabelecer, por meio deles, uma relação com certa literatura antropológica produzida sobre o tema.

O artigo está dividido em oito seções, incluindo esta introdução. Da segunda à sétima seção, trazemos uma reflexão antropológica acerca de algumas das questões encontradas na pesquisa, tentando, sempre que possível, estabelecer um diálogo com uma literatura relativa à Antropologia da Política. Na última seção, em conclusão, fazemos um balanço, sob uma perspectiva comparativa, acerca das contribuições do trabalho para o estudo antropológico da política,

retomando as relações com o que foi encontrado em outras pesquisas realizadas em distintos campos.

2. Mediação de recursos: as associações e as igrejas

Em Cidade Tiradentes, pudemos observar durante o trabalho de campo que o contato entre população e político é estabelecido, na maior parte do tempo, por meio de lideranças comunitárias – diferentemente, portanto, de estudos realizados em pequenos municípios, onde o papel do chefe de família é fundamental nessa mediação (cf. Marques, Comerford e Chaves; 2007). Entre essas lideranças, chamou-nos a atenção a presença predominante de membros de associações locais, e também de pastores evangélicos: é por meio deles, sobretudo, que se dá a troca de recursos[5] entre população e político.

As associações se mostraram, ao longo da pesquisa, como importantes referências para a comunidade local em diferentes sentidos: na obtenção de certos auxílios como cursos profissionalizantes, pré-vestibulares, e de alfabetização; na promoção de atividades culturais e esportivas, como seções de cinema; na distribuição de alimentos para famílias mais carentes por meio da articulação com projetos do governo municipal, estadual ou federal; e também na luta por melhorias vindas do governo (como a luta por equipamentos de saúde, por exemplo).

Uma característica em comum entre as associações estudadas foi a preocupação em não ter suas atuações confundidas com práticas assistencialistas. No discurso de algumas lideranças, afirmou-se que procuravam a valorização por parte das pessoas daquilo que estava sendo oferecido a elas, e, se possível, um retorno por parte delas através de ações como o voluntariado. Preferiam ver as práticas empreendidas enquanto troca, não assistência. Em alguns casos, revelaram não gostar de mediar programas do governo que forneciam alimentos ou leite justamente pelo caráter assistencialista, preferindo dar emprego e gerar renda em vez disso.

Conseguimos chegar às diferentes entidades pois elas trabalham em contato uma com as outras, formando uma espécie de rede mais ou menos articulada: apesar de realizarem trabalhos diferenciados ou mesmo em regiões distintas do distrito, certos aspectos as colocavam em contato, como a luta por equipamentos públicos, a participação em eventos no distrito promovidos pela Subprefeitura, ou mesmo, em alguns casos, a ligação com movimentos sociais, como o movimento negro[6]. Especialmente no período eleitoral, as lideranças das associações ficam em maior contato por conta do estabelecimento de vínculos com políticos.

Em seu papel na luta por melhorias vindas do governo, acabam estabelecendo laços não-formais com alguns políticos, tornando-se uma ponte entre eles e a população na mediação dos recursos. No período eleitoral, esses laços são resgatados por parte dos políticos, que vêem as lideranças como figuras de prestígio por conta de seu papel de referências para a população, e as procuram em busca de apoio em suas campanhas.

Entre essas lideranças que tivemos contato durante o trabalho de campo, a maioria se mostrava vinculada a apenas um político. Entretanto, encontramos casos de pessoas que coloca-

vam seu prestígio como moeda de troca para o candidato, mostrando que havia outros que o estavam procurando para que fizesse campanha para eles. Foi o caso de M., de uma associação comunitária que, no primeiro dia de campanha do candidato que acompanhamos durante a pesquisa[7], foi procurá-lo nervoso por este ainda não ter acertado com ele sobre a campanha em sua comunidade. Começou a dizer para as outras lideranças ali presentes que, se o candidato não acertasse os detalhes logo com ele, iria fazer campanha para outro, pois já tinha sido procurado por alguns além dele.

Em alguns casos, esse laço entre liderança e político é visto pela população como sendo realmente estreito, a ponto de considerar-se que o mediador está do lado do político, e não do da população. Foi o que pudemos notar em alguns episódios como o de dona N., acusada de ser responsável pela demolição de um estabelecimento na região de sua associação, acusação que, segundo ela e segundo os que a acusavam, deu-se devido aos vínculos que possuía com o ex-subprefeito, formados por meio da mediação na resolução dos problemas de sua comunidade em algumas ocasiões – ela “vivia” na Subprefeitura, o que fez então com que seu posicionamento em relação à comunidade fosse contestado.

O pastor evangélico, como mencionado, trata-se de outra figura de destaque no contato entre população e político, uma vez que grande parte da população da Cidade Tiradentes pertence a essa religião[8]. Os pastores se mostram como porta-vozes de certas comunidades; vistos como referência pelos fiéis, levam os políticos até a comunidade na época eleitoral. Muitos deles, além do papel religioso, exercem também papel semelhante aos dos membros de associações, preocupando-se com questões sociais como a da moradia, e tentando empreender ações nesse sentido: foi o que notamos em muitas das localidades mais carentes de recursos básicos, em que predominam os parcelamentos de terra ocupados ilegalmente. Desse modo, percebemos a liderança do pastor enquanto substituta das lideranças de associações em localidades onde essas são inexistentes ou pouco expressivas.

A questão da dimensão da religião evangélica em Cidade Tiradentes se mostrou importante do ponto de vista do candidato X., o que se revelou por meio das suas estratégias de campanha: além de ter visitado diversas lideranças evangélicas no período, contava também com pastores em sua equipe. Cabe destacar que tal estratégia não estava relacionada com sua crença pessoal, pois o candidato nos contou ser umbandista.

3. O candidato de Cidade Tiradentes

Desde nossa primeira conversa, pudemos perceber que a marca do candidato X. em sua campanha era a identificação com Cidade Tiradentes. Ele enfatizou o que havia feito pelo distrito nos anos em que trabalhou na subprefeitura local, e falou-nos de suas propostas para melhorar alguns aspectos que acreditava que ainda precisavam ser solucionados – como a questão das moradias irregulares e da geração de empregos na região. Também destacava morar e sempre ter morado na periferia, mostrando mais uma vez seu vínculo com esse tipo de realidade.

X. contou ter começado sua atuação na política no final dos anos 1960, numa associação do bairro em que ainda morava na época da campanha. Posteriormente, entrou para o partido em que naquele momento estava lançando sua candidatura, tendo ocupado alguns cargos de confiança por meio dele, como na Secretaria da Casa Civil do Estado de São Paulo, no Núcleo de Atendimento ao Cidadão. Ao falar desse trabalho (e de outros), destacou sua proximidade com a população na atuação política, dizendo que “enquanto o secretário atendia aos políticos”, ele “atendia o povo”. Essa proximidade com a população também foi enfatizada ao falar sobre seu trabalho na subprefeitura de Cidade Tiradentes.

Em muitas ocasiões, procurou deixar claro que não havia sido uma iniciativa própria lançar-se candidato: o partido desejou que o fosse, graças ao bom trabalho que haveria realizado na subprefeitura. Afirmava nunca ter pensado em ser vereador, mas que “ao fazer parte de um partido, você se torna um soldado. Quando requisitado, não pode falar não”.

Discursos semelhantes pautados no pertencimento, na involuntariedade e no sacrifício são trabalhados por Kuschnir (1996: 200), que conclui que

Um dos fatores decisivos para o êxito de uma campanha política é o fato de o candidato indicar ao eleitor que compreende a sua visão de mundo e os seus valores. O vereador não faz parte necessariamente do mesmo universo cultural de seus eleitores. Ao contrário, o seu maior trunfo está no fato de ser alguém de fora (ou que saiu do grupo), e que agora pode transitar por esse universo, comunicando-se em sua própria linguagem.

A autora destaca então a importância de uma postura dupla: o candidato deve mostrar-se como alguém próximo do eleitor, que o entende; mas que, ao mesmo tempo, se diferencia dele por ser alguém de fora, que se tornou político. É o que, num certo sentido, notou-se por parte do candidato X., que sempre fazia um esforço para conseguir uma proximidade, tanto através da ênfase ao pertencimento à realidade da periferia e de Cidade Tiradentes, como também pelo destaque do fato de sempre ter procurado conversar com a população quando na subprefeitura. Colocava-se como alguém transparente, que sempre procurou trabalhar no “olho no olho”, em contato com as pessoas. Contudo, não deixava de marcar sua diferença pelo discurso, que muitas vezes não era acessível a todos com quem falava.

Durante a campanha, o vínculo do candidato X. com o distrito foi revelado para além da esfera de seu discurso e/ou prática. A equipe de sua campanha e mesmo aqueles que o apoiavam o reconheciam como um candidato de Cidade Tiradentes, que já havia feito muito por ela, ou mesmo que havia “mudado sua cara”. Ao mesmo tempo, foi notada a marcação da diferença entre o candidato e seus apoiadores: muitos passaram a chamá-lo de “doutor” devido a sua candidatura política. Revela-se, portanto, a ambigüidade acerca do posicionamento do candidato também sob o ponto de vista dos apoiadores, que o identificavam como próximo de sua realida-

de por considerá-lo parte de Cidade Tiradentes, ao passo em que distante, por ter “entrado na política”.

4. Território e disputa

A questão do território é bastante recorrente em trabalhos da Antropologia da Política realizados em municípios do interior do país: nota-se, em muitos casos, um reconhecimento de áreas de determinados candidatos durante a campanha eleitoral – apesar de essas nem sempre serem respeitadas. Um exemplo da relevância dessa questão pode ser encontrado em Villela e Marques, ao analisarem o comportamento dos candidatos no sertão de Pernambuco (2002: 80):

A etiqueta dos candidatos em relação ao eleitorado rural é diferente, muito mais marcadamente – mas não exclusivamente – territorial. Aceita-se tacitamente os territórios eleitorais dos candidatos, não se visita as casas em que fotos de outros candidatos estão coladas nas portas [...]. No entanto, essas regras, como tantas outras, não devem ser levadas ao paroxismo. São *ridicularizados* os candidatos que respeitam demais (grifo dos autores).

Alguns fatos ocorridos na etnografia mostraram que o território é também um aspecto importante num município como São Paulo – notamos isso, sobretudo, por meio das tentativas de demarcação do território da campanha, e por meio da crença de ser ou não aceitável que determinados candidatos fizessem campanha em Cidade Tiradentes.

Um episódio que presenciamos, no qual notamos uma tentativa de demarcação de território de campanha, ocorreu durante uma reunião que o candidato X. havia marcado num condomínio da CDHU. No lugar, havia uma moradora que também estava lançando sua candidatura, mas por outra coligação, e, ao saber da presença de X., foi discutir com ele. Disse que ali não era lugar para ele fazer campanha, pois era um território dela, e fez uma série de ameaças a ele por conta disso.

Outra questão referente ao território de campanha ocorreu também em relação ao candidato X., por meio da crença de ser aceitável ou não se fazer campanha em Cidade Tiradentes. Aqueles que estavam em sua campanha e/ou o apoiavam identificavam-no como um candidato verdadeiro da Cidade Tiradentes, como alguém pertencente à comunidade, graças a seu histórico e a suas promessas para o distrito. Contudo apontavam que, no período eleitoral, apareciam muitos candidatos oportunistas na região, que estariam ali só para captar votos. Eram os chamados, na linguagem dos apoiadores do candidato, de “para-quedistas”, que “caem” na região na época das eleições sem ter um compromisso anterior com ela; fazem promessas, e, depois de eleitos, não retornam. Eram vistos então como oportunistas do ponto de vista dessas pessoas, como sujeitos que “enganam o povo” e não deveriam estar lá fazendo campanha.

Um exemplo referente aos “para-quedistas” ocorreu no dia da eleição. Percorremos alguns colégios eleitorais, e próximo a um deles encontramos Dona J., que participava da campanha de X.. Ao notar a presença de um candidato na esquina de um colégio eleitoral entregando santinhos, Dona J. se revoltou por ser alguém, segundo ela, que nunca tinha visto ali em Cidade

Tiradentes, se tratando então de um “para-quedista” que estava lá só para conseguir votos. Por outro lado, me contou com entusiasmo que o candidato X. estava percorrendo os colégios eleitorais da região, mostrando que ele sim poderia fazer isso, segundo seu ponto de vista, pois era alguém aceito como sendo de Cidade Tiradentes, como comprometido com a realidade local.

Apesar de não reconhecerem diretamente a existência de demarcação de territórios na campanha, em algumas situações as pessoas que faziam parte da campanha de X. apontavam a existência de redutos eleitorais. Um exemplo disso ocorreu no dia das eleições. Quando estávamos no comitê do candidato X., após o término das votações, o coordenador da campanha recebeu um telefonema que deixou os presentes extremamente felizes. O candidato X. havia ficado em segundo lugar nas votações de um determinado colégio, na frente de outro candidato que fazia campanha também em Cidade Tiradentes. Ao perguntarmos o porquê da comemoração, nos explicaram que tal colégio se tratava de um reduto da Dona A., que fazia campanha para o referido candidato concorrente de X., e cuja associação ficava nas proximidades do referido colégio.

É interessante notar aqui como o grau de prestígio de um cabo eleitoral pode ser elevado a ponto de o reduto ser considerado dele, e não do candidato. No caso de dona A., pudemos notar isso em outras oportunidades – as pessoas na campanha de X. mostraram-se muitas vezes preocupadas com sua atuação no período eleitoral, mas nunca com o candidato para quem fazia campanha.

5. Os apoios, as mudanças e as traições

Muitos autores da Antropologia da Política ressaltam o caráter de instabilidade dos apoios políticos de uma eleição a outra (Palmeira, 1996; Goldman e Santana, 1996). Isso se mostrou, de certo modo, recorrente também no trabalho do qual tratamos aqui.

Durante a campanha, descobrimos que alguns do que estavam apoiando o candidato X. haviam feito parte anteriormente de um outro partido – foi o caso de diversas pessoas ligadas à liderança de associações. A justificativa para tal mudança, em todos os casos, estava relacionada ao fato de o partido ao qual estavam ligados anteriormente ter traído a ideologia que pregava. Para essas pessoas, eram mais importantes as questões pelas quais se estava lutando; nesse sentido, o partido era visto, nas palavras de um presidente de associação comunitária, como “mera bandeira de representação”.

Por conta disso, esses casos de mudanças de partido eram vistas como positivas e legítimas do ponto de vista dessas pessoas. Contudo, notamos casos de mudança de apoio que foram qualificadas como traições, como falta de seriedade e, sobretudo, de reciprocidade.

Foi o caso de uma mulher que vimos no dia das eleições fazendo campanha para um concorrente de X. Dona J. nos contou que X. havia ajudado muito aquela mulher quando trabalhou na subprefeitura, dando-lhe emprego; tratava-se então, segundo Dona J., de uma traição sua adesão à campanha de outro candidato.

Outro exemplo configurado como traição era o caso de Dona A., uma presidente de associação de quem muitas pessoas na campanha do candidato X. não gostavam. Um dos motivos para isso, segundo o que nos diziam, era o fato de ela ter aderido de maneira não-oficial à campanha de um candidato a prefeito de um partido, enquanto se dizia pertencente a outro.

Tais mudanças mal vistas envolveram então, no primeiro caso, ingratidão, pois era esperado que a moça retribuísse um dia a ajuda que obteve (por meio do voto e da adesão à campanha, nesse caso). Ao conseguir um emprego com a ajuda de X., contraiu uma dívida moral com ele. Segundo Palmeira (1996:47),

[...] há também grandes favores ou ajudas que são buscados fora, por quem tem condições de fazê-los [...]. Esses favores [...] não tem como ser repostos no dia-a-dia. A eleição pode ser se não um momento de saldar, pelo menos de amortizar parte da dívida, a ajuda sendo retribuída com o voto. [...] A reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, mesmo naqueles casos em que não há um empenho explícito e público da palavra, é reconhecida como algo que cria um compromisso, um vínculo que envolve a honra dos parceiros.

Já no segundo caso, a mudança envolveu uma suposta falta de compromisso por meio de uma dupla postura, o que foi então visto como desonesto também por estar relacionado à desconsideração do compromisso criado com determinado candidato. Entretanto, cabe destacar que tal visão não é universal: do ponto de vista dessas pessoas, algumas mudanças eram mais ou menos aceitáveis, por dados motivos; contudo, não se sabe como as mesmas mudanças seriam vistas do ponto de vista de outros grupos. Coube aqui apenas ressaltar a instabilidade dos apoios e mostrar como eles podem ser vistos sob diferentes pontos de vista.

6. O voto

O voto pode ter diferentes motivações, aponta a literatura. A Antropologia da Política traz uma contribuição nesse sentido ao levar em conta uma dimensão anteriormente destacada – a subjetividade (Goldman e Santana, 1996; Goldman, 2000). Levando em conta o caráter subjetivo dos atores, é possível compreender, por exemplo, porque um mesmo motivo pode fazer com que dois indivíduos escolham candidatos distintos. Tal dimensão nos possibilita crer que o eleitor é dotado de racionalidade; mas que, entretanto, os critérios que utiliza em sua escolha podem ser diversos, e se sobrepõem uns aos outros de diferentes maneiras.

Em outras palavras, segundo Goldman e Santana (1996:25),

[...] vota-se por interesse, afinidade ideológica, adesão partidária, mas também por simpatia, identificação pessoal, torcida de futebol, autoridade materna etc. e mais uma infinidade de razões

impossíveis de esgotar. A hierarquização dessas variáveis é um processo, ao mesmo tempo individual e coletivo, passível talvez de sistematização *a posteriori*, mas refratária a previsões antecipadas. Não se trata, portanto, de contradições ou falta de lógica [...].

Em relação àqueles que tiveram contato com o candidato que escolheram, cabe aqui destacar o estabelecimento de um vínculo entre as duas partes – vínculos esses geralmente mediados de maneira coletiva, como tratado anteriormente. O eleitor se compromete em votar no candidato, contanto que esse se comprometa a ajudar a comunidade, a se colocar à disposição para ser procurado por seus membros e a retornar a ela.

O candidato X, ao perceber essa cobrança, ressaltava em seus discursos que retornaria à comunidade periodicamente para ouvir as pessoas, e falava em agir junto com a população, fazendo uso de frases no coletivo como “vamos brigar juntos”, “vamos levantar juntos essa bandeira”.

Nesse caso, tal vínculo pode ser visto como um compromisso, que, nos termos de Chaves (1996: 132)

remete a uma relação *moral* entre as pessoas (...). Trata-se de um vínculo de obrigações mútuas, dotado de um imperioso sentido de lealdade. O eleitor que promete o voto sente-se obrigado a cumprir a palavra empenhada. Em troca, o político que promete o benefício fica compromissado a realizá-lo (grifo do autor).

Tal tipo de voto contraria, portanto, o recorrente chavão que afirma que “o povo não sabe votar”, mostrando a preocupação do eleitor com a escolha do candidato e o cumprimento das promessas.

Contudo, há também casos que fazem as pessoas se utilizarem de tal chavão. Durante o a época das eleições, ouvimos casos como de um candidato que distribuiu cobertores na favela em troca de votos, e de outro que deu um churrasco numa comunidade e, no final, pediu votos aos presentes. Aqueles que contam esse tipo de história utilizam-nas para afirmar que “o povo não sabe votar”, “o povo é ingênuo”, pois escolheriam um candidato por motivos vistos como errados.

A lógica do voto, como já dito, pode ir além da esfera individual. Nesse sentido, encontramos também em São Paulo – ainda que de maneira restrita - casos de divisão de votos entre famílias, prática muito comum em municípios pequenos e/ou interioranos segundo algumas etnografias (cf. Marques, 2002; Villela e Marques, 2002). Um exemplo disso foi o de uma síndica de condomínio, que contou-nos que pretendia dividir os votos de sua família entre a candidata de seu prédio e outro candidato, mas que, ao se decepcionar com um deles, faria sua família votar apenas no outro.

7. As políticas em Cidade Tiradentes

Assim como em outros lugares, em Cidade Tiradentes há aqueles que se mostram indiferentes a participar da política, pois apresentam uma visão negativa sobre ela. No dia das eleições, conversamos com algumas pessoas perto de um colégio eleitoral e ouvimos muitas opiniões nesse sentido, como “políticos são todos iguais, eu voto porque tem que votar mesmo”, “política é que nem futebol: ganhou, perdeu, é tudo a mesma coisa”, “quem entrar vai dar na mesma, eles não fazem nada pelo povo”. A política é vista então, por essas pessoas, como algo sem finalidade, como uma obrigação periódica, passiva: não importa qual será o resultado, pois nada mudará - daí a falta de interesse por ela por parte desses.

Há ainda quem seja mais radical, por enxergar a política como algo sujo, passível de contaminação. São aqueles que, além de negativos com relação ao seu papel, não querem ser confundidos com alguém da política. Ao serem abordados, dizem “não mexer com política”. Pude notar essa postura por parte de moradores, sobretudo em ocasiões que acompanhei o candidato e/ou sua equipe quando faziam campanha nas ruas.

Porém, cabe ressaltar aqui a visão contrária. Cidade Tiradentes possui um histórico de organização comunitária em busca de melhorias, o que é justificado pela carência anteriormente referida. Nesse sentido, há os que concebem a política como uma luta constante, ativa, que vai além do período das eleições. Para exemplificar essa visão, citaremos alguns trechos de uma conversa com P., uma liderança comunitária presidente de uma associação cultural.

Eu brinco que todo mundo nasce fazendo política... A criança, quando chora, já tá pedindo alguma coisa, brigando por alguma coisa [...]. Tenho a característica de lutar para melhorar [...] cobramos coisas que nos são direitos, nem todos têm consciência deles. Alguns quebram o comodismo e lutam [...] A gente estimula as pessoas a cobrar, a perceber quais são seus direitos, que devem lutar por eles.

Política, para as lideranças comunitárias – sobretudo para elas, mas também para aquelas que têm a mesma postura ativa – significa reivindicar, lutar por melhorias. É lutar para a construção de um hospital, para o asfaltamento de uma rua, para a melhoria do atendimento no posto de saúde, para o aumento de vagas na creche etc. Quando as reivindicações são atendidas, tal ato não é visto como uma bondade, uma caridade, mas como o cumprimento de uma obrigação; do mesmo modo que a luta por tais direitos é vista como dever. A política é, sob esse ponto de vista, uma luta diária, e não um período que ocorre a cada dois anos; noção essa relacionada com as necessidades advindas do próprio modo de vida.

8. Conclusão

Em relação ao aspecto que permeou a pesquisa – a possibilidade de estabelecer comparações entre o período eleitoral em pequenos e grandes municípios – concluímos que há seme-

lhanças entre produções na área de Antropologia da Política tendo como campo pequenos municípios e a pesquisa em Cidade Tiradentes. A maioria dos aspectos encontrados na pesquisa e aqui analisados nos levam a afirmar isso; contudo, há também algumas diferenças significativas entre o período eleitoral nesses dois contextos.

As disputas pelo território de campanha, bem marcadas em etnografias no interior do país, mostram-se também presente numa cidade como São Paulo – apesar de, no caso desta, não serem reconhecidas diretamente. A instabilidade dos apoios políticos de uma eleição a outra também ocorre nos dois tipos de objeto. E mesmo a divisão de votos dentro de uma família, prática muito recorrente em pequenos municípios, de acordo com as etnografias, ocorre na metrópole paulista.

Uma importante diferença, contudo, se dá na relação entre o político e a população. Em muitas das etnografias realizadas em municípios interioranos, é destacado o papel do chefe de família como intermediário entre eleitores e candidatos (cf. Palmeira, 1996; Heredia, 1996; Marques, 2002): é ele quem chega até o candidato (ou vice-versa), e é ele quem determina em quem a família irá votar. Em Cidade Tiradentes, apesar de termos encontrado alguns casos de divisão de votos entre a família determinada por seu chefe, é destacada a importância dos líderes comunitários no papel de diálogo com o candidato, se sobressaindo, entre as lideranças, os membros de associações e os pastores evangélicos. O papel da comunidade – seja ela uma igreja, um conjunto de condomínios, uma parte de uma favela – pode ser visto como mais importante do que o papel da família na hora do voto, nesse caso.

As lideranças comunitárias se mostraram como figuras de prestígio no caso estudado. Algumas – como M., por exemplo - usam seu prestígio como para atrair candidatos, ressaltando já tendo sido procuradas para participar da campanha de outros. Em outros casos, como o de Dona A., nota-se que a preocupação é com o cabo eleitoral e com seu reduto, e não com o candidato, dado o prestígio daquele na região.

Apesar das diferenças, notamos, portanto, importantes semelhanças no resultado do estudo antropológico da política numa capital e em municípios do interior do país; mostrando assim que as diferenças entre as formas de percepção e prática política nos dois tipos de localidade referidos não se revelam tão marcantes como esperávamos.🌀

NOTAS

* Graduanda em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Participou de março de 2008 a fevereiro de 2009 do projeto “Etnografia das Eleições Municipais de 2008”, sob orientação da professora Dra. Ana Claudia Duarte Rocha Marques. Atualmente é membro do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC- FFLCH/USP), coordenado pelo professor Dr. Heitor Frígoli Jr. E-mail: karinafasson@usp.br

[1] Segundo dados da Fundação SEADE, em 2008, a população do distrito de Cidade Tiradentes era de 214.397. Dentre essa população, 99.151 pessoas estavam na idade entre 0 e 24 anos – o que corresponde a, aproximadamente, 46% da população. (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, 2008)

[2] Núcleo de Antropologia da Política sediado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional – UFRJ.

[3] Todos os nomes das pessoas aqui referidas foram omitidos por uma questão de manutenção da privacidade. Em lugar dos nomes, optei por utilizar letras, para que o leitor identifique as diferentes referências a uma mesma pessoa ao longo do texto.

[4] Projeto realizado por meio do Programa Ensinar com Pesquisa 2008, da Universidade de São Paulo.

[5] Por recurso, entendem-se bens materiais e não-materiais (como o voto, o prestígio) que circulam entre eleitor e político tanto no período das eleições como no pós-eleitoral, podendo gerar algum vínculo de reciprocidade entre eles (Villela e Marques; 2002).

[6] Tanto o candidato cuja campanha acompanhamos como as lideranças ligadas à ONGs destacavam o fato de que a maioria da população de Cidade Tiradentes era negra. Não foram encontrados dados de pesquisas nesse sentido, mas ficou clara a importância da mobilização dessa identidade em alguns momentos, como a militância no movimento negro.

[7] A quem chamarei de “X”.

[8] Trata-se de uma informação não confirmada por estatísticas oficiais. Segundo o Pastor B., que trabalhou na subprefeitura, haveria mais de 300 igrejas evangélicas no distrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, A. **Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CHAVES, C. A. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: GOLDMAN, M.; PALMEIRA, M. (Org.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. p. 85-102.

GOLDMAN, M. (Org.). **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

GOLDMAN, M. Uma Teoria Etnográfica da Democracia: A Política do Ponto de Vista do Movimento Negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. **Etnográfica**, v.4, n.2, pp. 311-332, 2000.

GOLDMAN, M.; SANT'ANNA, R. S. Elementos para uma Análise Antropológica do Voto. In: GOLDMAN, M.; PALMEIRA, M. (Org.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. p. 13- 40.

HEREDIA, B. M. A. Política, Família e Comunidade In: GOLDMAN, M.; PALMEIRA, M. (Org.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. p. 57-72.

KUSCHNIR, K. Cultura e Representação Política no Rio de Janeiro. In: GOLDMAN, M.; PALMEIRA, M. (Org.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. p. 183-202.

MARQUES, A. C. D. R. **Intrigas e Questões**. Vingança de Família e Tramas Sociais no Sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MARQUES, A. C.; COMERFORD, J. C. ; CHAVES, C. . 2007. Traições, intrigas, fofocas e vinganças. Notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In: MARQUES, A. C. (Org.). **Conflitos, política e relações pessoais**. Campinas: Pontes/CNPq/UFC, 2007. p. 27-55.

PALMEIRA, M. Política, Facções e Voto. In: GOLDMAN, M.; PALMEIRA, M. (Org.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. p. 41-56.

VILLELA, J. M.; MARQUES, A. C. D. R. Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no sertão de Pernambuco. In: HEREDIA, B. M. A.; TEIXEIRA, C. C.; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **Como se fazem Eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 63-101.